

Das dificuldades (dos) menores aos problemas (dos) maiores: elementos de análise das representações sociais sobre as crianças em risco

Paula Cristina Martins¹

A intervenção de protecção das crianças e jovens em risco conjuga uma variedade de dimensões eficientes, susceptíveis de diferentes níveis de análise. Neste texto propõe-se a observação das ideias sociais partilhadas pelos adultos sobre as crianças, em geral, e sobre as crianças com problemas, em particular. O papel de grupos profissionais relevantes é especialmente enfatizado. Defende-se a necessidade do envolvimento estratégico e concertado desta dimensão num plano de protecção de crianças em risco.

Palavras-chave: protecção de crianças em risco, representações sociais

Introdução

A legitimação social das imagens partilhadas sobre os fenómenos sociais reveste-se de especial importância, na medida em que é um factor fortemente explicativo das suas dinâmicas. Entende-se, por isso, pertinente a aproximação às ideias dominantes nas sociedades ocidentais sobre as crianças em situação de risco na família.

Casas e Duran (1996) propõem-nos uma análise faseada, atentando especialmente nas representações:

- acerca das pessoas portadoras ou afectadas pelo(s) problema(s), anteriores ao conhecimento do(s) mesmo(s) – no caso vertente, as crianças;
- acerca do problema como realidade social – o mau-trato infantil na família;
- acerca das respostas apropriadas para o problema – a intervenção social nas situações (de risco) de mau-trato infantil.

Olhares de adultos com vista sobre as crianças

O adulto constitui a instância matricial de definição da criança, em termos genéticos e ontogenéticos, individuais e sociais, psicológicos e culturais.

¹ Professora Auxiliar no Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho

Contactos: pcmartins@iec.uminho.pt

Do ponto de vista psicológico, os adultos, especialmente aqueles afectivamente mais próximos, oferecem às crianças *olhares com vista para os seus olhos* (Sá, 1995, p. 80). Assim se constrói a identidade, face ao espelho deste olhar significativo que, no diálogo do vivido, permite a construção interpessoal de uma verdade essencial sobre a criança. Progressivamente apropriada, recriada e transformada por ela, à medida que aquele olhar se interioriza, a imagem liberta-se do espelho enquanto se grava dentro de si.

O olhar do adulto não é abstracto ou isolado, nem alheio ao facto de ser olhado. As imagens dialogantes, mutuamente devolvidas, entretecidas nas malhas da relação e do afecto, são construções feitas por referência a outras imagens, envolvendo no conhecimento de si o conhecimento do outro, tecendo a identidade de cada criança na trama de uma infinidade de referências que, directa ou remotamente, participam na sua definição (Martins, 2001).

As condições materiais e simbólicas da existência das crianças, a sua experiência subjectiva e social, são assim activamente configuradas pelas representações que os adultos delas têm (Martins, 2002). As figurações sobre o que é ser e viver criança, e sobre a infância em geral, não se inscrevem em quadros universais de significação unívoca; a infância não constitui um aspecto de ordem estritamente natural, sendo manifestos os contornos sócio-culturais da evolução e diferenciação desta categoria. O tempo e o espaço da infância definem-se no contexto das relações familiares e sociais, evoluindo nos seus termos históricos e culturais.

O entendimento moderno da infância emerge em finais do século XVI, ganhando expressão social nos últimos 150 anos, quer ao nível discursivo, quer das práticas sociais (Pinto, 1997). De facto, só recentemente a infância emerge do contexto social e humano no seio do qual as crianças participavam, partilhando lado a lado os quotidianos dos adultos, simultaneamente como actores e testemunhas, aprendizes em cenários existenciais indiferenciados em termos etários, desenhados pelos e para os adultos, à sua medida. Pinto (1997) salienta a disparidade das concepções de criança que a análise das linguagens do senso-comum e científico revela. Diferentes modalidades discursivas terão contribuído para a diferenciação e multiplicação de imagens da infância, que traduzem os entendimentos subjacentes desta realidade psicossocial. As narrativas da ciência, em especial, desempenham nesta configuração de significados um papel determinante, que alguns autores entendem como *colonizador da infância* (Castro, 1996). De particular relevo, pelo seu carácter intrusivo e dominante da construção das concepções sociais sobre as crianças e a infância, são

os discursos psicológico e pediátrico, que (in)formaram os saberes sobre as crianças, com especial relevo para os domínios educacional e pedagógico (Ferreira, 2000).

Do ponto de vista da Psicologia, a imaturidade e incompetência, características da infância, justificam a dependência das crianças face ao meio, legitimando o protagonismo dos adultos (Martins, 2002). Directa e indirectamente, na relação interpessoal, na organização das experiências e na estruturação do meio, estes funcionarão como complementos, fazendo empréstimos de capacidade e responsabilidade, na razão inversa do desenvolvimento das crianças. Mobilizado por um dinamismo intrínseco, organizador da agenda ontogénica, o desenvolvimento traduz-se na apropriação activa e subjectiva destas aptidões, gradualmente delegadas pelos adultos, na medida da capacidade de gestão eficaz e socialmente apropriada do comportamento evidenciada pelos mais pequenos. O desenvolvimento constitui, assim, um processo de autonomização e capacitação crescentes, com uma orientação positiva inerente.

A maleabilidade estrutural e funcional, que potencia a eficácia das intervenções externas na (re)configuração de processos e estruturas biopsicológicas, e o desenvolvimento preferencial de aptidões fundamentais nos primeiros anos de vida, explicam a importância e a singularidade da infância enquanto período desenvolvimental, reconhecendo-lhe uma identidade psicológica própria, dotada de valor intrínseco e actual e com uma evolução especialmente temporizada (Lopes dos Santos, 1994). A ideia de adequação ganha particular relevo. Justifica-se assim a necessidade de mudar os contextos existentes, de criar outros novos, de produzir tecnologias apropriadas, e de formar peritos que estatuem os suportes deste desenvolvimento, num processo que envolve um alargado investimento social.

Ao discurso jurídico, nomeadamente do direito tutelar, cabe um papel de relevo na definição de uma certa imagem da infância – os menores – objecto de um conjunto de direitos próprios e destinatários de medidas específicas que visam essencialmente a sua protecção.

O desdobramento das imagens sociais sobre as crianças e a infância tem uma dimensão diacrónica, susceptível de ser traçada ao longo da história. Citando H. Hendrick, Sarmiento (1999) enuncia diversas representações da infância, historicamente datadas, cujos traços persistem, actualizados, na contemporaneidade:

- a *imagem romântica e idealizada da infância*, herdeira do naturalismo pedagógico, e ilustrada na literatura do séc. XIX (leia-se, a título de ilustração, Vítor Hugo ou as

irmãs Brontë), de que, em Portugal, apenas se encontram resquícios na bibliografia sobre criatividade infantil e lazer; profundamente boa, inocente e imaculada, compete à sociedade evitar a sua corrupção e preservar as qualidades naturais da infância;

- a *criança-operária*, no cenário da revolução industrial e nas histórias de Charles Dickens, na construção civil dos grandes edifícios modernos e na manufactura dos pequenos sapatos;
- a *criança-delinquente*, geralmente abandonada ou vagueando pelas ruas do século XIX até às avenidas do séc. XXI;
- a *criança-paciente* e a *criança-aluna*, destinatária de cuidados sociais específicos. Aliás, de acordo com Pinto (1997), a representação da criança enquanto objecto de educação/instrução está, histórica e geneticamente, vinculada à própria constituição da categoria de infância;
- a *criança como membro da sociedade de bem-estar*, destinatária de políticas sociais de protecção;
- a *criança-pública e membro da família*, ainda numa perspectiva proteccionista, situada num espaço exposto à vigilância colectiva que, em nome do seu bem-estar, elege a família como objecto de apoio.

A ideia da continuidade e persistência actual destas representações – configurando realidades diferenciadas da infância e modos distintos de ser criança, justapostos ou entrecruzados nos espaços do quotidiano – encerra um potencial problematizador e explicativo de valor não negligenciável. De acordo com Almeida (2000), no nosso país observa-se a coexistência da *criança dos tempos pré-modernos*, cuja função instrumental para a família se sobrepõe à consideração das suas necessidades pessoais, com a *criança da modernidade* – cumpridora de um projecto de escolarização e sucesso valorizado e investido pelos pais – e a *criança da pós-modernidade*, voraz consumidora e hábil utilizadora das tecnologias da informação.

Estendendo a afirmação de Pinto (1997) produzida a propósito das concepções de criança de Rousseau e de Locke, pode dizer-se que, de todas estas concepções de infância, se depreende o reconhecimento da especificidade deste período e dos grupos que o actualizam, revelado na importância atribuída à presença e intervenção dos adultos no processo de desenvolvimento e formação das crianças. Assim o entende E. Martins (2002), especialmente no que se refere ao séc. XIX e à primeira

metade do séc. XX, concluindo da presença constante da infância no panorama sócio-político, jurídico-legislativo e educativo-assistencial português, ainda que com variações ao nível das suas representações e das práticas consequentes.

Sarmento (1999) fala ainda na emergência de um novo conjunto de imagens que configuram a criança como cidadã, sujeito de participação activa, uma representação cuja substância envolve uma verdadeira transformação sócio-cultural que promova a inclusão social plena de todas as crianças, a evolução para instituições que garantam a defesa do seu superior interesse, e a aceitação da sua opinião, como forma de participação no espaço que habitam e ajudam a construir.

As tendências evolutivas do estatuto e dos papéis, das representações e das práticas, enfim, das relações que as sociedades estabelecem com os seus membros mais novos, não têm uma interpretação consensual no discurso dos investigadores que, com diversas filiações disciplinares, se debruçam sobre este assunto.

Autores como o historiador Phillipe Ariès (1975, cit. por Pinto, 1997) dramatizam as transformações sociais contemporâneas, que se repercutem ao nível da infância, assinalando a queda do *reinado absoluto da criança*, que passa a ser percebida como obstáculo à realização individual e conjugal; outros, entre os quais se conta o filósofo Michel Serres (1993, cit. por Pinto, 1997), vão ainda mais além, chegando mesmo a questionar o afecto dos pais pelos filhos.

Opinião claramente distinta é a de Casas (1998a), que descreve uma evolução social globalmente favorável à infância; o reconhecimento da sua importância e da especificidade de um tempo de desenvolvimento único, com a consequente responsabilização parental crescente, seriam reveladores de um interesse e de uma preocupação ímpares pela sua condição e pelos seus problemas.

Em qualquer caso, é convergente a opinião de alguns especialistas no sentido de que as representações sociais sobre a infância e as crianças, sempre entendíveis no quadro das significações sociais mais amplas e das formas de organização familiar, integram o núcleo figurativo dos *ainda não* (ainda não adultos, não responsáveis, não capazes, etc.) (Qvortrup, 1990; Casas & Duran, 1996). As crianças são investidas de um valor basicamente prospectivo, projectado num futuro que se antecipa como a consumação de um “*projecto de pessoa, que vem do adulto, com ele caminha e nele se transforma, sendo a infância um estado transitório, um lugar de passagem, apeadeiro necessário neste percurso de crescer e aparecer*” (Martins, 1997, p. 151).

Das dificuldades (dos) menores aos problemas (dos) maiores

Os problemas que afectam as crianças e as suas famílias raramente têm sido equacionados como problemas sociais (Casas, 1998b). Na lógica ocidental, estruturada sobre a figura jurídica da *patria potestas* do direito romano, as crianças são propriedade privada da família (Casas, 1999). Entendidos como questões do foro individual, estes problemas são sentidos como alheios; não apelam a uma responsabilidade colectiva, nem são do interesse da generalidade da sociedade. Em consequência, a pressão da opinião pública sobre as instâncias políticas e de governo, no sentido do investimento dos recursos necessários à solução destes problemas, tem-se revelado débil e ineficaz, excepção feita aos acontecimentos mórbidos e alarmistas que os meios de comunicação social repercutem (Casas, 1998b).

A violência dirigida contra as crianças, em especial na família, beneficiou durante muito tempo de um consentimento silencioso alargado, revelador da tolerância social face a este fenómeno; contrariamente, a violência infligida pelas próprias crianças, apesar de numericamente menos expressiva, suscitou e suscita reacções mais fortes (Casas, 1998a), o que indica uma preocupação especial com a *crianças das margens* (indigentes, delinquentes, vadias) – a *infância irregular*, de Gavarini e Petitot (1998) – face à infância não transgressora, que não põe em causa a ordem social, antes sofre as suas consequências (Martins, 2002).

Ainda assim, o mau-trato, a par da indigência, da delinquência e vagabundagem envolvendo crianças, constituiu uma situação que, desde muito cedo, suscitou a intervenção de instituições várias, particulares e estatais. Movidas sobretudo pela intenção de prevenir a degradação moral da sociedade, subtraíam a marginalidade do próprio tecido social que a gerava, circunscrevendo-a a espaços físicos e sociais diferenciados (Martins, 1999), numa expressão progressivamente mais nítida da necessidade social crescente de regular, classificar e separar, para controlar (Casas, 1998a).

Inicialmente definido a partir dos seus danos físicos evidentes em crianças muito novas, por acção objectiva levada a efeito por familiares, o conceito de mau-trato evoluciona com o aprofundamento da consciência social deste problema. A violência emocional, psicológica e sexual, ganha estatuto de mau-trato, multiplicando-se os possíveis agentes perpetradores, que passam a incluir, para além das pessoas exteriores à família, as instituições, os próprios serviços de protecção infantil e a sociedade no seu todo (Gough, 1996).

A reinterpretação do que é entendido como adequado em termos dos cuidados prestados às crianças, e a valorização do seu impacto no desenvolvimento infantil, estende a vigilância activa e o olhar sancionador a condutas antes tidas como aceitáveis, numa dinâmica evolutiva integradora e inclusiva de uma pluralidade de perspectivas sociais em interacção (Little, 1997). O conceito de mau-trato infantil, em contínuo desenvolvimento, constituiu-se como *analizador privilegiado* das imagens e representações da infância, das relações adultos-crianças, das práticas discursivas e de prestação de cuidados às crianças e das estratégias de controlo social das práticas educativas (Lopes dos Santos, 1994).

Se, para alguns investigadores, a consciência social do dever colectivo de proteger os cidadãos mais vulneráveis é já uma conquista da Humanidade (Ochotorena, 1996), outros há que questionam este compromisso de facto, em especial no que respeita à resolução efectiva dos problemas que afectam as crianças (Casas, 1998a). Embora seja amplo o reconhecimento de que as crianças, no seu conjunto, são merecedoras de especial atenção, a verdade é que a ideia não parece motivar um compromisso proactivo colectivo (Casas, 1998a), constituindo uma questão social de *alto consenso e baixa intensidade* (Casas, 1993a). De facto, a infância e os seus problemas não parecem ser uma prioridade social. As exigências decorrentes da administração de possibilidades limitadas face às solicitações consideradas mais prementes pressionam no sentido de uma gestão do quotidiano, no imediato, onde o futuro é adiado até ser presente (Martins, 2002).

A sensibilização social progressiva para os problemas das crianças e para a importância da intervenção oportuna pode ser entendida, por um lado, como resultante da apropriação do conhecimento científico, especialmente nos domínios da Pediatria, da Psicologia do Desenvolvimento e da Educação, e, por outro, como produto da crescente representação mediática de casos e situações que revelam uma infância vulnerável que sobrevive e cresce em circunstâncias fortemente adversas, protagonizando, ora como sujeito, ora como objecto, a violência quotidiana que caracteriza as condições concretas da sua existência. Casas (1993) considera mesmo que os meios de comunicação social devem ser entendidos como actores sociais relevantes para a resolução dos problemas da infância, nomeadamente pela influência que a (des)atenção que lhes conferem pode exercer sobre os centros de decisão das políticas sociais e sobre a sociedade em geral.

Representações e condições sócio-profissionais da intervenção

A intervenção, qualquer que seja o nível em que se opere – social, político, educacional ou terapêutico – assim como as suas estratégias e técnicas, não são exclusivamente explicáveis por critérios pragmáticos, de operacionalidade ou eficácia. Há vectores ideológicos e epistemológicos mais vastos que organizam a compreensão da realidade e da acção sobre ela, criando uma disposição do conjunto social, dos seus grupos dominantes e sistemas produtores de conhecimento, para o desenvolvimento de atitudes de favorabilidade face a determinadas respostas e de rejeição de outras, sempre entendíveis no contexto sócio-cultural e histórico em que emergem.

Casas (1998a) identifica cinco grupos de actores sociais aos quais atribui um papel especialmente relevante nos processos de mudança operados no domínio das crianças com problemas sócio-familiares: os investigadores, os políticos, os profissionais da intervenção social, os profissionais da informação e os cidadãos em geral. O sentido, a utilidade e, de algum modo, a validade ecológica da investigação destas problemáticas requerem a sua inserção significativa no quadro destes grupos, representantes de interesses, valores e necessidades, enfim, de lógicas distintas, em interacção. A título de exemplo, o autor cita:

- a) a atenção prestada pelo investigador ao rigor e validade dos seus procedimentos e à verificação dos dados obtidos, concomitante com a importância que atribui ao seu prestígio científico entre os pares, no âmbito dos técnicos com quem trabalha ou pode vir a trabalhar, das instâncias políticas que apoiam ou podem vir a promover as suas pesquisas, da sociedade em geral e dos sistemas reprodutores da informação que cria;
- b) a amplitude do foco de atenção dos políticos, normalmente interessados na planificação de processos abrangentes e na definição de referentes legais e normativos, de prioridades e de padrões mínimos, mas também em questões que se prendem com a sua própria manutenção ou progressão político-partidária, por isso sensíveis à opinião pública e às instâncias que a informam;
- c) a preocupação dos técnicos com a solução dos problemas práticos e dos casos individuais, a par dos seus interesses laborais e de carreira, na dependência das entidades políticas e de governo;
- d) a focalização da atenção do público pela novidade da informação recolhida e/ou pela espectacularidade da notícia que mobiliza os profissionais da comunicação

social, em simultâneo com as preocupações comerciais de tiragens e audiências;

- e) a prevalência dos interesses imediatos do quotidiano dos cidadãos, a quem, em última instância, o trabalho de todos os grupos anteriores se dirige e de quem, de modos diferentes, dependem.

Casas (1998a) enfatiza especialmente o papel de grande relevo que a informação desempenha nas sociedades modernas, forjando a sensibilidade social face à infância e aos seus problemas a vários níveis: condiciona a educação que os pais proporcionam aos filhos, mobiliza e orienta os interesses das crianças; participa na construção de conhecimento social e cultural e na transformação dos processos psicossociais considerados inadequados. Aqui assumem especial importância os meios de comunicação social, que fazem a mediação e configuram activamente o conhecimento do mundo, influenciando as mundividências individuais e colectivas e, conseqüentemente, as atitudes face aos problemas sociais.

Conclusão

Do referido decorre que a compreensão dos fenómenos, especialmente quando se constitui como grelha de significação partilhada por um grupo de pessoas ou por um segmento identificável da população, constitui uma dimensão de equação necessária. Participando na configuração de atitudes e comportamentos, reflecte-se na acção, constituindo um factor operante efectivo.

Se, como oportunamente se expôs (cf. Martins, 2004), a análise actual das concepções sobre o risco, globalmente considerado, inevitavelmente incorpora a sua complexidade, a dilucidação do risco na infância, em especial, não pode iludir a especificidade que o caracteriza.

Anglin (2002) alerta para as fórmulas conceptuais simples, cuja eficácia pode levar a prescindir do pensamento reflexivo: conceitos como o da prioridade dos direitos da criança, do seu superior interesse, da sua segurança e bem-estar, podem incorrer na abstracção e no isolamento dos problemas dos menores em risco. Pelo contrário, riscos complexos requerem quadros interpretativos multi-dimensionais apurados, susceptíveis de desencadear soluções válidas, que previnam maus futuros construindo melhores presentes.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. (2000). Olhares sobre a infância: pistas para a mudança. In vários, Actas do Congresso Internacional Os mundos sociais e culturais de infância (II vol., pp. 7-17). Braga. Universidade do Minho.
- Anglin, J. (2002). Risk, Well-Being, and Paramountcy in Child Protection: The Need for Transformation. Child & Youth Care Forum, 31 (4), 233-255.
- Balsells, M. (s/d). La infancia en riesgo social desde la sociedad del bienestar.
(Documento electrónico:
http://www3.usal.es/~teoriaeducacion/rev_numero_04/n4_art_balsells.htm)
- Beck, U. (1992). Risk Society: Toward a New Modernity. London: Sage.
- Casas, F. (1993). Instituciones residenciales: ¿hacia donde?. In Asociación para la Prevención de los Malos Tratos en la Infancia (Ed.), III Congreso Estatal sobre Infancia Maltratada (pp. 29-48). Madrid.
- Casas, F. (1998a). Infancia: perspectivas psicosociales. Barcelona: Paidós.
- Casas, F. (1998b). Modelos Familiares y Desarrollo Infantil. Jornadas sobre la infancia en la familia y los sistemas de protección social: Nuevas formas, nuevas respuestas. UNAF. Noviembre. Madrid.
- Casas, F. (1999). Infancia y participación en el marco de la ciudad. In Institut d'Educació de l'Ajuntament de Barcelona (Ed.), Por una ciudad comprometida com la educació, (vol. 1, p. 491-506). Barcelona: Institut d'Educació de l'Ajuntament de Barcelona.
- Casas, F., & Duran, S. (1996). Problemas sociales de la infancia y acogimiento familiar como forma de atenderlos: informaciones, representaciones y predisposiciones de la población catalana. Bienestar e Protección Infantil, II, 2, 23-34.
- Castro, L. (1996). O Lugar da Infância na Modernidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 9, nº 2, 307-335.

- Ferreira, M. (2000). Salvar Corpos, Forjar a Razão. Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal: 1880-1940. Porto: Instituto de Inovação Educacional.
- Gavarini, L., & Petitot, F. (1998). La fabrique de l'enfant maltraité. Un nouveau regard sur l'enfant et la famille. Paris: Érès.
- Gough, D. (1996). Defining the Problem. Child Abuse and Neglect, vol. 20, nº 11, 993-1002.
- Little, M. (1997). The re-focusing of children's services. The contribution of research. In N. Parton (Ed.), Child Protection and Family Support: Tensions, contradictions and possibilities (pp. 25-38). London: Routledge.
- Lopes dos Santos, P. (1994). O mau tratamento psicológico da criança: ensaio breve de introdução a um conceito emergente. Perspectivar a Educação, 1, 8-15.
- Martins, E. (2002). As Reformas Sociais e a Protecção da Criança Marginalizada (Estudo Histórico do Século XIX a Meados do Século XX). Infância e Juventude, 3, 55-93.
- Martins, P. (1997). Planificação da actividade e tomada de consciência na criança. In M. Pinto, & M. Sarmiento (Coords.), As Crianças - Contextos e Identidades (pp. 147-216). Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.
- Martins, P. (1999). O conceito de maus-tratos a crianças. Um estudo das noções dos profissionais da infância. Dissertação de Mestrado em Psicologia não publicada, Universidade do Porto, Porto.
- Martins, P. (2001). A avaliação como factor estruturante e promotor do desenvolvimento pessoal. Psicologia, Educação e Cultura, vol. V, nº 1, 63-70.
- Martins, P. (2002). Maus-tratos a crianças - O perfil de um problema. Braga: C.E.S.C.-U.M.

- Martins, P. (2004). Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco. Representações, Espaços e Modos. Tese de doutoramento em Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Ochotorena, J. (1996). Diferentes situaciones de desprotección infantil. In J. Ochotorena, & M. Arruabarrena (Eds.), Manual de Protección Infantil. Barcelona: Masson.
- Pinto, M. (1997). A infância como construção social. In M. Pinto, & M. Sarmiento (Coords.). As crianças – contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.
- Qvortrup, J. (1990). Childhood as social phenomenon. An introduction to a series of national reports. Eurosocial, 36.
- Sá, E. (1995). Psicologia dos Pais e do Brincar (2ª edição). Lisboa: Fim de Século.
- Sarmiento, M. (1999). Introdução. In M. Pinto & M. Sarmiento (Coords.). Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998) (pp. 9-22). Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.